



**AUDIÊNCIA PÚBLICA** | **Violência contra as Mulheres:  
Política Estadual**

Aos 22 de março de 2016, às 18h30min, nas dependências do auditório do Edifício-sede do Ministério Público do Paraná, localizado na Rua Marechal Hermes, nº 751, Centro Cívico, Curitiba-PR, tiveram início os trabalhos da audiência pública "Violência contra as Mulheres – Plano Estadual de Políticas para Mulheres", **Eixo 1. Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres**, sob a presidência da Promotora de Justiça, Dra. Swami Mougnot Bonfim, em exercício na Promotoria de Justiça das Comunidades, em apoio ao Seminário promovido pelo CAOP de Proteção aos Direitos Humanos – Núcleo de Promoção de Igualdade de Gênero – NUPIGE: "Aspectos Práticos do Enfrentamento à Violência de Gênero: Culpabilização da Vítima", coordenado pela Promotora de Justiça Dra. Mariana Seifert Bazzo. PARTICIPANTES: Assinalou-se a presença da comunidade, sociedade civil organizada e autoridades locais, conforme lista em anexo. Notificados: a) Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS, representada pelo Sr. Leandro Nunes Meller, Superintendente de Garantia de Direitos; b) Coordenadoria de Políticas para Mulheres – SEDS, representada pela Sra. Terezinha Pereira Ramos; c) Secretaria Estadual da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, representada pela Dra. Rita de Cassia Camargo Lira, Delegada da Delegacia da Mulher; d) Secretaria Municipal Extraordinária da Mulher, representada pela Sra. Roseli Isidoro, Secretária Municipal; e) Coordenadoria das Delegacias da Mulher – CODEM, representada pela Dra. Rita de Cássia Camargo Lira, Delegada de Polícia. A Presidente declarou aberta a Audiência Pública agradecendo a presença da comunidade e dos representantes das demais Secretarias e órgãos públicos convidados: a) Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU, representada por Silvia Cristina Xavier e pela Assessora Técnica Louise Rocha Raymundo; b) Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, representada pela Sra. Maria Aparecida da Silva, Assistente da Diretoria-Geral e suplente no Conselho Estadual de Políticas para Mulher; c) Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, representado pelo Sr. Leonildo Pereira de Souza, Pesquisador; d) Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná, representada pela Dra. Sandra Lia Bazzo Barwinski, Advogada; e) Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR, representada pela Sra. Isis de Fátima Biscaia, Coordenadora de segurança, medicina e saúde ocupacional; f) Secretaria Estadual da Educação – SEED, representada por Hélio Puchalski, Técnico Pedagógico; g) Secretaria da Saúde – SESA, representada pela Sra. Alice Eugenia Tisserant, Chefe da Divisão de Doenças e Agravos não Transmissíveis, do



## AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Violência contra as Mulheres: Política Estadual

Centro de Epidemiologia; h) Defensoria Pública do Estado do Paraná, representada pela Dra. Camile Vieira da Costa, Defensora – Grupo de Direitos Humanos; i) Delegado Geral da Polícia Civil do Paraná, representado por Dra. Rita de Cassia Camargo Lira, Delegada de Polícia; j) Dra. Marcia Margarete do Rocio Borges, Juíza do Juizado Violência doméstica; Inicialmente, a Presidente agradeceu a presença e ensinamentos do Procurador de Justiça Dr. Olympio de Sa Sotto Maior Neto, especialmente quanto as Audiências Públicas; Na sequência, fez uma breve homenagem póstuma à Procuradora de Justiça Dra. Edina Maria S. de Paula, ocasião em que foi chamando o Sr. Leandro Meller, da SEDS, que em nome do CEDCA, também fez uma homenagem à Dra. Edina; Após a chamada dos notificados, a Presidente destacou a pauta a ser seguida e informou aos presentes que dois ofícios foram encaminhados para esclarecimentos iniciais, com prazo para esta data, destinando-se o de n. 2016OF/0037 à Secretaria de Desenvolvimento Social e o de n. 2016OF/0038 à Secretaria de Segurança Pública, razão pela qual questionou seus representantes acerca das respostas. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social apresentou resposta através do ofício n. 164/2016 – GS, sendo determinado sua juntada aos autos. Em seguida, quanto a **(Ação 1)** Centros Especializados de Atendimento às Mulheres em situação de Violência nos municípios do Paraná; manifestou-se a Sr. Leandro Meller, Superintendente de Garantia de Direitos, da SEDS, que fez uma explanação sobre o Eixo 1, informando que já foram implantados no Estado, 5(cinco) Centros Especializados, e somente nas cidades de Cascavel, Telemaco Borba e Toledo ainda não implementaram. Informou, ainda que, além dos 5 Centros citados, há, também, Centro Especializado implantado em Apucarana, Campo Mourão e em Umuarama<sup>1</sup>; Complementando, mencionou que o Estado do Paraná possui os Centros de Referência Especializados de Assistência Social – CREAS, que dentro da tipificação da Política de Assistência, têm a responsabilidade pelo atendimento à população em risco que inclui, também, mulheres em situação de risco; que há atualmente, CREAS implantados em 133 municípios e CRAS, em 399 municípios, e que mais CREAS estão sendo implantados em 24 Municípios; A Coordenadora, Sra. Terezinha, pediu a palavra para dizer que o Centro Especializado de Atendimento à Mulher, na Capital, também atende a Região Metropolitana. Foi aberta a palavra, e o Sr. Luiz Herlan, apresentando-se como Conselheiro Nacional

1 – E Sarandi (informação incluída a pedido da Coordenadora de Políticas para Mulheres – SEDS, Sra. Terezinha Pereira Ramos, após a Audiência)



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

**AUDIÊNCIA  
PÚBLICA**

**Violência contra as Mulheres:  
Política Estadual**

das Cidades, questionou porque há apenas um único Centro para atender a capital e toda região metropolitana; O Sr. Leandro Meller esclareceu que o Centro Especializado, citado pela Sra. Terezinha, é mantido pelo Estado e tem atendimento regionalizado. Destacou a implantação da Casa da Mulher Brasileira, em parceria com as três esferas de poder, reforçando que, além do Centro Especializado, há também, os CREAS, que prestam atendimento, e o trabalho desenvolvido pelos CRAS. A Sra. Sandra Lia Bazzo perguntou quantos advogados atuam nos CREAS e em que consiste as ações dos mesmos, visto que a Lei Maria da Penha impõe presença de advogado e assistência jurídica gratuita. O Sr. Leandro explanou que a Norma Operacional Básica, do sistema SUAS, é que estabelece número de equipe mínima e composição, mas que efetivamente não é cobrado ou penalizado. A Defensora Pública, Camile, recebendo a palavra, informou que faz parte do grupo de Trabalho de Direitos Humanos, relatando, na sequência, que há poucos Defensores, indicando o número de 74 Defensores. Informou, também, que há uma Defensora atuando na Vara da Violência Doméstica, priorizando o atendimento à mulher, pois geralmente a Defensoria faz o atendimento dos acusados. Que há um pacto com a FAS para atendimento e encaminhamentos das mulheres vítimas de violência à Defensoria Pública do Estado; Acredita que haverá Defensor atuando na Casa da Mulher Brasileira. A Presidente questionou porque os Centros de Atendimento ainda não foram instalados nas demais cidades, previstas no Plano. A Coordenadora, Sra. Terezinha explicou que já estão sendo pactuados com os municípios meios de atendimento através da Câmara Técnica de Gestão; A Sra. Vania, da Secretaria da Saúde, perguntou se o atendimento nos Centros especializados está sendo efetivo e suficiente. A Sra. Terezinha informou que os Centros Especializados cumprem a diretriz nacional, com a equipe exigida, menos em Umuarama que não está completa, mas que já está sendo regularizado. Destacou o funcionamento da Casa da Mulher Brasileira, indicando quais profissionais farão parte da equipe de atendimento; Afirmou que o atual Centro Especializado de Curitiba, continuará atendendo a Região Metropolitana, mesmo após a implementação e funcionamento da Casa da Mulher Brasileira e que há projeto para viabilizar atendimento itinerante para realização de busca ativa. A Dra. Mariana destacou que para essa ação (1), há um orçamento do Tesouro Estadual, e que o Centro Especializado não é equipamento típico do SUAS, mas que já acontece em Curitiba e é municipal nos demais locais, propondo o encaminhamento de se pautar na Câmara Técnica, quanto aos 3 CRAM faltantes, o estudo de possibilidades de co-financiamento do



**AUDIÊNCIA  
PÚBLICA**

**Violência contra as Mulheres:  
Política Estadual**

Estado. O Sr. Leandro sugeriu que o representante do Conselho Estadual de Assistência Social seja chamado para debater o assunto. Pediu a palavra a Sra. Maria Lucia, de Cascavel, do Conselho Municipal da Mulher, questionou se as ações estão integradas, porque Cascavel é passagem para outros países e há muitas mulheres criminalizadas, reforçando que esperam muito pela implementação do Centro Especializado na cidade. Destacou, ainda, que pleiteiam uma rubrica orçamentária do município para o Conselho Municipal da Mulher. Após questionamento do Sr. Ivo de Carvalho, sobre as mulheres em situação de violência que não conseguem buscar atendimento, o Sr. Leandro explicou que essa questão ultrapassa a esfera do Centro de Referência, passa pelo fortalecimento e atuação de uma rede de proteção que envolva outros órgãos, para alcançar mulheres, que por motivos diversos, não buscam atendimento; passa por uma rede de atendimento e serviços que traga a questão da invisibilidade para a visibilidade; é preciso pensar em uma rede de atendimento e serviços, de preparo e capacitação de profissionais, exemplificando a capacitação de profissionais da rede saúde, para identificação de situações de violência contra mulher. A Assessora Jurídica Camila Mafioletti, questionou se os 5 Centros existentes atendem de maneira regionalizada e se há contrapartida dos Estados. A Sra. Terezinha esclareceu que os Centros acabam atendendo o entorno, mas que não há obrigatoriedade. O Sr. Leandro informou que não há contrapartida direta, bem como que o Centro de Curitiba é mantido exclusivamente pelo Estado. A Presidente retomou a palavra para abordar a próxima ação - **Ação 5) Unidades Móveis para Atendimento às Mulheres do campo e da floresta em situação de violência**; O Sr. Leandro falou que uma Unidade ficou sob a responsabilidade de Curitiba, para atendimento na capital e região; as outras duas Unidades foram disponibilizadas para uso do Estado, mas que diante da burocracia para utilização das Unidades, demoraram a funcionar por questões documentais dos veículos, definição da equipe disponível para atendimento nas Unidades, e a alteração da legislação que vinculou a Política da mulher à SEDS, anteriormente vinculada à SEJU, gerando a necessidade de subrogação do convênio junto ao Governo Federal. Informou que está marcada reunião do Fórum de Mulheres do Campo e da Floresta para o dia 31 de março, ocasião em que serão discutidas as questões sobre o funcionamento e planejamento do roteiro das duas Unidades Móvel. A Presidente informou que recebeu um relatório de funcionamento da Unidade Móvel de Curitiba, destacando que constam o número de 66 visitas às comunidades rurais, na Lapa, bem como que já percorreram 880km em 15 dias. A Dra. Mariana, pedindo a palavra, sugeriu



**AUDIÊNCIA  
PÚBLICA**

**Violência contra as Mulheres:  
Política Estadual**

que seja apresentado relatório, na Câmara Técnica, do atendimento e visitas realizadas pelas demais Unidades. A Presidente passou para o item seguinte da pauta - **Ações 8 e 9**. Grupos de responsabilização e reflexão com homens autores de violência doméstica e familiar contra a mulher; A Sra. Louise, Assessora Técnica de Direitos Humanos da SEJU, relatou que o Projeto Basta já aconteceu em Londrina, numa parceria entre o Estado, Ministério da Justiça e Juizado, e que nas cidades de Apucarana, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Ponta Grossa e Toledo, já está em funcionamento. O Sr. Luiz Herlan destacou a relevância do Projeto e sugeriu a implantação de inserções nos meios de comunicação. Propôs ao Conselho Estadual da Mulher que massifique a conscientização sobre o agressor. A Sra. Vania, da rede feminina de saúde, questiona a efetividade do Projeto Basta, com apresentação de números de atendimentos e encaminhamentos. A Sra. Louise disse que os indicadores foram os consolidados no plano, e se comprometeu a buscar os indicadores solicitados junto à SESP para apresentar na reunião do Conselho. A Sra. Mareci, da Rede de Mulheres Negras/PR sugeriu que cada responsável pelas ações emita relatório para que sejam publicados. A Dra. Swami informou que a Ata ficará disponibilizada na página do MPPR, e que os demais documentos constantes nos autos poderão ser consultados, visto que se tratam de documentos públicos. A Dra. Mariana informou que o CAOPPDH, tem contato com o Patronato, e que defende que o trabalho com o agressor é eficaz no combate à violência. Que o MP cobra do Estado a criação do programa, mas acredita que só funcionará com o envolvimento do Judiciário e MP, pois o agressor tem que ser obrigado a participar do programa dentro do processo. Propôs que a SESP contate o Ministério Público, pois sabe-se que o programa não está funcionando adequadamente e o MP conta com a atuação do DEPEN, e, aproveita para reiterar a solicitação de parceria com o Juizado. A Dra. Mariana esclareceu que está programando um documento conjunto entre o Judiciário e MPPR para que Promotores e Juízes apoiem a implementação do Programa nos municípios. O Sr. Leandro informou que a dotação orçamentária nº 08244174.225/3341.4100 é do Fundo Estadual de Assistência Social; que 270 municípios são co-financiados pelo fundo e cabe ao município definir em quais ações os recursos serão aplicados. Informou que são 123 milhões previstos para Assistência Social no Estado do Paraná no Fundo Estadual de Assistência Social. Encaminhamento: trazer representantes do Conselho Estadual de Assistência para o debate sobre o direcionamento dos recursos na Câmara Técnica, e na Comissão



**AUDIÊNCIA  
PÚBLICA**

**Violência contra as Mulheres:  
Política Estadual**

Intergestores Bipartite. A Sra. Marcia Venzel Mossias, propôs que seja condicionado aos Municípios a implementação do Projeto para recebimento dos recursos. O Sr. Leandro esclareceu que não há possibilidade, em âmbito Estadual, aplicar o referido condicionamento. Relativamente às **Ações 11, 12 e 15)** Atendimento das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres em situação de violência doméstica e familiar; A Dra. Rita de Cassia Camargo, Delegada da Delegacia da Mulher, a qual passou a explanar que foram realizados seminários nas Escolas de Polícia, e se comprometeu a passar os dados em forma de relatório, pois não teve tempo de levantar os dados para a data de hoje. A Sra. Maria Cristina, Chefe do departamento da promoção da saúde informou que na área da Saúde existem projetos estratégicos, em que são trabalhados 3 eixos, educação permanente, investimento e custeio, cobrindo os 3 níveis de atendimento. Que para a violência sexual, lançaram protocolo de atendimento integral e que nesse momento estão qualificando os profissionais dos hospitais. O Sr. Hélio, da Secretaria da Educação, explanou que desde 2015, desenvolveram a campanha "Escola Livre da Violência contra a Mulher", para alunos da rede estadual, através de cartilhas para estudantes. O Sr. Leandro informou que estão com a agenda em elaboração, ações alinhadas no capacita SUAS. A Sra. Rosani, da Marcha Mundial das Mulheres, pedindo a palavra, destacou a contradição da supressão das discussões de gênero nos planos de educação ao passo que o plano fala em capacitação. Fez uma crítica acerca da referida contradição. A sra. Maria Cristina, da Secretaria da Saúde, lembrou a fala da Melissa da SEED, mencionada pela manhã, no Seminário, sobre a Meta 25 do plano estadual, que o termo "identidade de gênero" foi retirado, mas que as diretrizes da meta foram mantidas, portanto inexistem quaisquer proibições para se discutir gênero nas escolas. A Dra. Sandra Lia, OAB, informou que iniciaram o projeto com a SEED, de jovens multiplicadores de Cidadania, em São José dos Pinhais e que o projeto pode ser replicado em outros municípios. Passou seu contato telefônico (41) 9935-1068. Destacou que a exclusão do termo gênero não impede a abordagem pelos professores. O Sr. Hélio, SEED, divulgou a Nota Técnica nº 32/2015 do MEC, sobre orientações nesta temática, e reforçou que as diretrizes curriculares para educação básica não proíbem ensino de gênero e diversidade. A Delegada, Dra. Rita de Cassia, comprometeu-se a apresentar as respostas requisitadas no ofício enviado ao Secretário de Segurança no prazo de 10 dias. A Sra. Bruna Maria Wisinski Tondoni, servidora do MPPR questionou se as capacitações no âmbito da SESA envolve o tema violência obstétrica. A Sra. Cristina respondeu que as capacitações



# MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

### Violência contra as Mulheres: Política Estadual

acontecem com todos os profissionais da rede de atenção e que o tema é abordado. Retomando o tema delegacias especializadas, a Dra. Rita de Cássia informou que há um Decreto já assinado para abertura de 2 novas DEAM. Que atualmente estão em funcionamento 18 Delegacias em todo Estado. Que, possivelmente 14 Delegadas mulheres serão destinadas às DEAM. A Sra. Célia, da União Brasileira de Mulheres, apresentou uma situação ocorrida na Delegacia da Mulher, em Curitiba, em que ficou horrorizada pelo tempo para atendimento, pela visível falta de preparo dos atendentes, da falta de local para atendimento reservado, etc. Reclamou a existência de apenas 1 (uma) delegacia da mulher em Curitiba. A Dra. Rita de Cassia se manifestou no sentido que possivelmente com a implantação da Casa da Mulher Brasileira, o primeiro atendimento será mais adequado, pois atualmente são registrados aproximadamente 150 boletins por semana. Informou, também, que há uma "caixa" para registro de reclamações, e que as pessoas podem registrar o ocorrido, indicando, inclusive, o funcionário que realizou o mal atendimento. A servidora Claudia, do CAOPPDH, propôs que o NUPIGE e CODEM mantenham o grupo de estudos de gênero. A Dra. Rita de Cassia se comprometeu a manter a parceria com o NUPIGE no grupo de estudos, com sua participação e equipe. Foram feitas reclamações acerca do horário de atendimento das Delegacias especializadas e a Dra. Rita informou que, não havendo Delegacia especializada para atendimento fora dos horários previstos, os registros podem ser feitos nas Delegacias comuns. A Advogada Sandra Lia reforçou a necessidade da retirada dos "banners" colocados nas Delegacias com a inscrição "Denúncia Caluniosa é Crime", pois desestimulam as mulheres a darem continuidade no registro. Passando para a **Ação 19** Rede Solidária de Acolhimento, o Sr. Leandro informou que no ano de 2013 foi feito diagnóstico da situação, e que estão articulando nos municípios de Foz do Iguaçu, Londrina e Curitiba um projeto piloto de implantação da Rede, bem como estudam a regionalização das redes. "que a implantação das 2 casas abrigo faz parte da pauta da questão da regionalização do acolhimento regionalizado da Política de Assistência Social e que é necessário estar articulado com atendimento de saúde e demais políticas". A Dra. Mariana questionou se o Estado tem intenção de implementar as Casas Abrigo. O Sr. Leandro respondeu que toda essa discussão deve ser feita na política de assistência. A Sra. Terezinha complementa que é importante verificar se os municípios possuem demanda e possibilidade de manter uma Casa Abrigo. Agradecendo a presença dos participantes a Presidente encerrou a audiência às 22h 05min, determinando faça parte da presente a




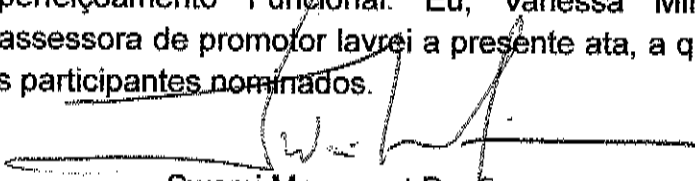
# MINISTÉRIO PÚBLICO


do Estado do Paraná

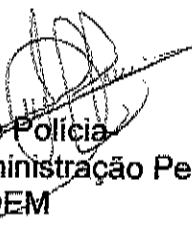
**AUDIÊNCIA  
PÚBLICA**

**Violência contra as Mulheres:  
Política Estadual**

respectiva cópia da gravação em mídia eletrônica disponibilizada pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. Eu, Vanessa Milene de Santana,  assessora de promotor lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.

  
Swami Mougnot Bonfim  
Promotora de Justiça

  
Leandro Meller  
Superintendente de Garantias de Direitos  
Secretaria Estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDS

  
Dra. Rita de Cassia Camargo Lira – Delegada de Polícia  
Secretaria Estadual da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP  
Coordenadoria das Delegacias da Mulher – CODEM